

As contas que não fecham

A euforia pela rápida recuperação da economia, em seguida à crise cambial de dezembro, não deve obscurecer o fato de que o Brasil continua tendo problemas estruturais que dificultam o ajuste das contas governamentais. O economista Raul Velloso acaba de fazer uma grave advertência sobre a necessidade de novos cortes de despesas e aumento de receitas, se o governo pretende continuar cumprindo as metas de superávit primário firmadas com o FMI.

O problema, como demonstrou o economista em estudo resumido pelo *Estado* em sua edição de terça-feira, é o que ele chama de "orçamentos em aberto", isto é, aqueles em que as despesas não apenas são inevitáveis, pois resultam de direitos inscritos na Constituição, como não guardam correspondência com as receitas. Segundo Raul Velloso, são quatro os "orçamentos em aberto": o do INSS, o dos aposentados e pensionistas da União, o dos benefícios assistenciais da Previdência e o do seguro-desemprego. Dos quatro, apenas o último tem receitas superiores às despesas. E, não por coincidência, todos eles fazem parte do sistema previdenciário, um verdadeiro saco sem fundo que se constitui no maior obstáculo ao saneamento das contas públicas, para não dizer à viabilização financeira do Estado brasileiro,

que continua muito maior do que a economia nacional.

A reforma previdenciária aprovada pelo Congresso não fecha os principais rombos por onde se escoam os recursos da Previdência. Em primeiro lugar, porque o objetivo da reforma proposta era apenas o de estancar o crescimento do estoque da dívida e mesmo esse tímido propósito foi prejudicado pelas emendas aceitas pelo governo para facilitar a tramitação do projeto. E, em segundo lugar, porque o Congresso demorou três longos anos para aprovar a reforma, período no qual o déficit acumulado da Previdência deu um salto geométrico. Além disso, como ressalta o economista Raul Velloso, a reforma contemplou apenas medidas que só resultarão em economias substanciais a longo e médio prazos, enquanto o problema da produção de superávits primários que permitam a estabilização da dívida é de curtíssimo prazo.

O aumento do percentual da contribuição dos funcionários públicos e a criação da contribuição devida pelos funcionários inativos, únicas medidas da reforma da Previdência que deveriam produzir resultados imediatos, têm seus efeitos praticamente anulados por liminares que suspenderam a cobrança e beneficiam, já, cerca de meio milhão de servidores ativos e inativos. Estão em jogo, na Justiça, receitas de R\$ 2,8

bilhões em 1999, R\$ 4,3 bilhões em 2000 e R\$ 4,5 bilhões em 2001, o que justifica as providências que o governo está tomando para argüir no Supremo Tribunal Federal uma ação declaratória de constitucionalidade que legitime, sem sombra de dúvida e com caráter vinculante para todas as instâncias do Judiciário, aquela parte da reforma da Previdência.

De acordo com os cálculos do economista Raul Velloso, o déficit dos "orçamentos em aberto" saltou de R\$ 14,7 bilhões em 1995 para R\$ 25,4 bilhões no ano passado, o que obrigou o governo a canalizar praticamente toda a receita da Cofins, da Contribuição Social sobre o Lucro Presumido e da CPMF para financiar o rombo, que teria também engolido, em alguns anos, parte do orçamento de saúde.

O quadro que o economista Raul Velloso pinta do futuro é sombrio. Pelos seus cálculos, só será possível cumprir as metas de superávits primários nos próximos três anos se o déficit dos "orçamentos em aberto" permanecer igual ao de 1998 e o governo conseguir reduzir os gastos com investimentos e custeio da máquina administrativa dos R\$ 36,5 bilhões registrados no ano passado

para R\$ 20 bilhões em 2001. Claro está que o déficit da Previdência não poderá ser congelado com as medidas adotadas até o momento e que cortes adicionais, no montante de cerca de 70% das despesas com investimentos e custeio, são politicamente inviáveis. Da mesma forma, não se pode

de pensar em maiores aumentos de impostos, especialmente depois que o último pacote fiscal levou a capacidade contributiva dos brasileiros ao limite.

A solução, como aponta Raul Velloso, é atacar o problema em sua origem. Como é o descompasso entre a receita e os benefícios da Previdência que provoca o desequilíbrio das contas públicas, a saída está em limitar aqueles gastos, associando a evolução das despesas ao comportamento das receitas de cada um dos "orçamentos em aberto". Em outras palavras, enquanto a Previdência continuar sendo o saco sem fundo que absorve parte substancial da poupança nacional, sob a forma de impostos desviados para a cobertura dos déficits crescentes, não apenas as contas nacionais não fecharão como o Estado não terá recursos para investir em obras de infra-estrutura necessárias ao crescimento econômico do País.

Não haverá superávits primários se não for fechado o rombo da Previdência